



ARTIGOS - ARTICLES

O paradoxo da historiografia cognitiva: a “virada científica”
na História sob as lentes da epigenética

Thales Silva

Doutorando em Ciência da Religião, UFJF
thalesmms@gmail.com

Lucas Soares dos Santos

Doutorando em História e Filosofia da Psicologia, UFJF
lucasviladoar@gmail.com

Maria Luiza Iennaco Vasconcelos

Mestranda em Filosofia, FFLCH/USP
marialuiza_ienaco@hotmail.com

Resumo: Apesar de um recente compromisso recíproco com a colaboração entre perspectivas historiográficas e cognitivo-evolucionistas, a antiga “lacuna” entre contingência cultural e determinismo biológico continua a obstaculizar as tentativas de mapeamento do panorama biossocial humano. Nesse contexto, um exemplo pode ser encontrado na tensão existente entre duas perspectivas distintas para as implicações e *raison d'être* da Historiografia Cognitiva. Com isso em mente, o presente texto alega que um conjunto de desenvolvimentos recentes advindos da Epigenética pode agregar uma variedade bem-vinda de parâmetros e recursos teóricos capazes de explorar tal debate para o benefício mútuo de ambas as partes.

Palavras-chave: Historiografia Cognitiva, História da Ciência, Ciências Cognitivas, Teoria da História, Epigenética.

*The paradox of cognitive historiography:
the “turn to science” in History under the lens of epigenetics.*

Abstract: In spite of a recent shared commitment to the collaboration between historiographical and cognitive-evolutionary perspectives, the age-old “dichotomy” between cultural contingency and biological determinism continues to cast a divisive shadow over attempts to map out the human biosocial landscape. Against this background, the current tension between two distinctive versions of the *raison d'être* and implications of Cognitive Historiography serves as an example. In this regard, our main argument is that a number of recent developments in Epigenetics could add a welcome variety of parameters and theoretical resources for exploiting this debate to mutual benefit of both parts.

Keywords: Cognitive Historiography, History of Science, Cognitive Science, Theory of History, Epigenetics.

Historiadores não são meramente espectadores passivos de um passado “conforme ele realmente ocorreu”¹. Em sua produção, buscam extrair “fatos históricos” dentre o amplo espectro de conjunturas passadas, ponderar causas e elaborar hipóteses. O “fazer historiográfico” almeja “preencher as lacunas” do registro histórico, ler suas entrelinhas, extrair significado desde a ambiguidade de sua documentação, identificar manifestações irrefletidas e distorções deliberadas e avaliar a credibilidade das fontes apuradas.² Na busca pela reconstrução das concepções e processos de pensamento subentendidos no registro histórico, historiadores necessitam (de alguma forma) “adentrar ao mundo mental” dos indivíduos e grupos pretéritos.³ Desde atribuições intuitivas de racionalidade mínima aos indivíduos passados (sem as quais as atitudes dos agentes históricos permaneceriam ininteligíveis) até inferências a respeito da correlação entre alterações fenomenológicas, psicológicas, sociais e materiais (tanto explicitamente relatadas quanto tacitamente implicadas), a escrita da História inevitavelmente se baseia em determinadas suposições acerca da mente⁴ humana, como ela se constituiu, funciona e se transforma.⁵ Convergentemente, muitos dos programas empíricos de pesquisa internos às ciências comportamentais e do cérebro, na busca por atributos universais cognitivo-comportamentais humanos, impreterivelmente têm realizado uma série de inferências implícitas (aparentemente) paralelas: de que seu objeto de estudo, quando devidamente especificado, é impermeável às mudanças históricas. Consequentemente, pelo menos a princípio, não obstante eventuais dissemelhanças metodológicas e epistemológicas, as premissas subentendidas à História e as alegações das ciências cognitivas⁶ se demonstrariam mutuamente cognoscíveis em suas implicações.⁷ Nos termos do historiador, filósofo e cientista cognitivo francês Christophe Heintz,

¹ A mais célebre defesa de tal princípio se encontra exposta na obra do historiador germânico Leopold von Ranke (1795-1886) – sob a formulação “*wie es eigentlich gewesen*” – representando, nas palavras do polímata alemão Walter Benjamin (1892-1940), “o mais poderoso narcótico do século [XIX]” (BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 436).

² GADDIS, J. *The Landscape of History: How Historians Map the Past*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 41.

³ Ou nas palavras do eminente historiador americano Chester Starr (1914-1999): “[para se entender] qualquer época passada, faz-se necessário ser capaz de penetrar nas mentes de seus habitantes” (STARR, C. *A History of the Ancient World*. Oxford: Oxford University Press, 1965, p. 27).

⁴ No presente artigo o termo “mente” e seus derivados são utilizados de acordo com sua definição padrão: um conjunto de faculdades cognitivas comumente determinadas a partir dos pensamentos e consciência individuais.

⁵ HEINTZ, C. *Cognitive History and Cultural Epidemiology*. In: MARTIN, L., SØRENSEN, J. (Orgs.). *Past Minds: Studies in Cognitive Historiography*. Londres e Nova York: Routledge, p. 11-28, 2016, p. 11.

⁶ Alcinha genérica para um conjunto de esforços interdisciplinares visando a compreensão da mente e sua relação com o cérebro, corpo e vivência humanos.

⁷ MARTIN, L., WIEBE, D. (Orgs.). *Religion Explained? The Cognitive Science of Religion after Twenty-Five Years*. Londres: Bloomsbury Academic, 2017, p. 95-96.

[historiadores] são orientados a conjecturar a respeito dos estados mentais dos agentes que viveram e agiram no período em que estudam. A descrição das intenções, desejos, motivos, sentimentos e pensamentos desses agentes passados é parte integral da agenda historiográfica. Em particular, elucidar os comportamentos pretéritos implica a especificação dos estados mentais que geraram tais condutas. Logo, historiadores propõem explicações que [de certa forma] se fundamentam em conceitos psicológicos e levam a teorias psicológicas acerca dos pensamentos e intenções dos agentes passados. [...] O pressuposto [então é o] de que a psicologia e as ciências cognitivas fornecem ferramentas e teorias úteis para a historiografia [...] existindo várias razões para se acreditar que [seus] estudos [...] possam promover uma melhor compreensão do passado.⁸

Mas seriam as mentes humanas, com efeito, naturalmente determinadas e universalmente fixadas ou algo culturalmente constituído e historicamente contingente? A premissa de tal questão aponta para um paradoxo hermenêutico que afeta diretamente o estudo do passado: por um lado, a ideia de uma mente pretérita naturalmente fixada permite-nos sustentar a possibilidade de sua reconstrução, mas atenua as consequências da mudança histórica; por outro, a noção das mentes humanas como, substancialmente, culturalmente contingentes fornece-nos uma profundidade interpretativa complementar, mas atua como um obstáculo para inteligibilidade plena do passado. Tradicionalmente, aqueles historiadores que, em suas reflexões, se dedicaram a tal questão raramente procuraram por uma resposta entre as ponderações realizadas internamente às ciências comportamentais e do cérebro, posto que, conforme o supramencionado, em sua maioria essas tratavam implicitamente a mente como historicamente imutável, ou seja, negavam a historicidade absoluta dos agentes históricos (um *a priori* de muitas escolas historiográficas). Não obstante, as últimas décadas parecem ter presenciado a convergência de suas (aparentemente divergentes) perspectivas. Paralelamente à chamada “virada científica” na historiografia contemporânea,⁹ uma renovada preocupação com o papel dos ambientes culturais e do desenvolvimento ontogenético (histórico individual) vem se propagando pelas ciências da mente e da vida.¹⁰

⁸ HEINTZ, 2016, op. cit., p. 11.

⁹ BYNUM, C. Perspectives, Connections & Objects: What’s Happening in History Now? *Daedalus*, v. 138, n. 1, p. 71-86, 2009, p. 77.

¹⁰ Cf. RUPER, S. To Naturalize is to Differentiate: How Recent Scientific Theories of Cognition Provide a More Plural Basis for Theorizing Religion. *Method & Theory in the Study of Religion*, v. 30, p. 71-95, 2018.

Diante de tais constatações, o objetivo do presente artigo está na consideração de que, apesar de um recente compromisso recíproco com a possibilidade de colaboração entre perspectivas historiográficas e cognitivo-evolucionistas para o trato dos indivíduos pretéritos, a antiga “lacuna” entre contingência cultural e determinismo biológico continua a obstaculizar as tentativas de um mapeamento biossocial do panorama existencial humano. Nesse contexto, expor-se-á que um exemplo ilustrativo pode ser encontrado na atual tensão existente entre duas perspectivas (teoricamente) distintas para as implicações e *raison d'être* das recentes produções em Historiografia Cognitiva¹¹. Subsequentemente, após uma apreciação sintética de um conjunto de inovadores conceitos teóricos advindos das ciências da mente e da vida, argumentar-se-á que, ao que tudo indica, a manutenção, embora complementar e compatível, de tal tensão pode ser a única forma de fazer justiça às alegações centrais de ambos os pontos de vista cognitivo-historiográficos vigentes.

Mais especificamente, as últimas três décadas presenciaram uma grande difusão de estudos cujos interesses percorrem a associação entre História e ciências cognitivas (desde os envolvidos com a Psicologia até os lidando com a Neurociência), contudo esses têm se caracterizado por uma diversidade quase excessiva, relativa ao escopo (seja ele micro-, macro- ou meso-) e objetos históricos de suas análises, assim como àquilo que se refere às concepções, teorias, estruturas e metodologias científicas utilizadas para embasá-las.¹² Essa aparente miscelânea acadêmica, bem como as tensões dela decorrentes, parecem possuir um reflexo claro nos debates contemporâneos em torno daquilo

¹¹ A simbiose entre métodos e ferramentas da pesquisa historiográfica e teorias das ciências cognitivas, objetivando a tentativa de se elucidar e compreender o comportamento, a comunicação e o pensamento humanos ao longo da história (DUNÉR, D., AHLBERGER, C. [Orgs.]. *Cognitive History: Mind, Space, and Time*. Berlin e Boston: de Gruyter, 2019, p. VII).

¹² Estudiosos interessados nos “mecanismos internos” aos agentes históricos, bem como na história das emoções e das metanarrativas acerca do passado e futuro da espécie humana (entre outras temáticas) têm evocado o valor heurístico de uma abordagem neurológica (Cf. BURMAN, J. *History from Within? Contextualizing the New Neurohistory and Seeking Its Methods*. *History of Psychology*, v. 15, n. 1, p. 84-99, 2012.; SMAIL, D. *On Deep History and the Brain*. Berkeley: University of California Press, 2008; HUNT, L. *A Invenção dos Direitos Humanos: Uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009). Em uma curiosa contraposição, aqueles historiadores buscando um envolvimento funcional com a Psicologia vêm demonstrando uma grande hesitação em relação ao engajamento em análises interdisciplinares, muitas vezes, optando por problematizar ao invés de buscar um esclarecimento para a delicada questão da oposição entre “psicologização da história” e “historicização da psicologia” (Cf. TILLEGÁ, C., BYFORD, J. *Psychology and History: Interdisciplinary Explorations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014). Trata-se de exemplos distintos de uma tendência mais ampla de aplicação do paradigma cognitivo-evolucionista ao estudo da cultura (tanto como fonte de metodologias empíricas quanto como quadro teórico), particularmente em benefício de historiadores da *longue durée*, mas também, em termos mais gerais, como uma forma de se repensar a temática da causalidade histórica (Cf. NITECKI, M., NITECKI, D. *History and Evolution*. Albany: State University of New York Press, 1992; DIAMOND, J. *Armas, Germes e Aço: Os Destinos das Sociedades Humanas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001; MCELVAINE, R. S. *Eve's Seed: Biology, the Sexes, and the Course of History*. New York: McGraw-Hill, 2002; TURCHIN, P. *Historical Dynamics: Why States Rise and Fall*. Princeton: Princeton University Press, 2003; HARARI, Y. N. *Sapiens: Uma breve história da*

que seria uma relação adequada entre História e ciências cognitivas na efetuação ideal de uma Historiografia Cognitiva.¹³ Por certo, a viabilidade da admissão desse tão amplo e vagamente ordenado programa de pesquisa como compondo uma categoria distintiva de inquérito historiográfico se mantém, em grande parte, em virtude de um pretexto proeminente nas narrativas de todos os seus defensores: os perigos da profunda segmentação disciplinar do trabalho acadêmico a respeito do passado e a eficácia paliativa de uma cognoscibilidade profissional mútua entre Ciências Humanas e Naturais.

Não obstante, na prática, a cognoscibilidade existente entre História e ciências da mente tem sido, geralmente, concebida como um relacionamento, meramente, unidirecional, tanto pelos estudiosos com fortes tendências construtivistas quanto por aqueles com orientações profundamente nativistas. Fundamentando-se em conceitos tais quais agência pessoal ou individual, contingência histórica, transmissão e variação cultural, a perspectiva construtivista (a qual alega que “a cultura e psique geram uma à outra”) defende a autonomia funcional do comportamento humano como insubordinado à filogenia (história evolutiva) de sua espécie. Com a exceção de ocasionais escolhas tendenciosas (por exemplo, o uso da noção de “neuroplasticidade”¹⁴), seu ceticismo característico acerca do estudo científico da psicologia humana (seja em seus aspectos epistemológicos, ontológicos ou éticos) tende a obstruir a consideração atenta de seus resultados em favor de uma crítica de suas premissas culturalmente situadas.¹⁵ Por outro lado, a óptica nativista (a qual defende que “os traços biológicos inatos aos seres humanos possibilitam, delimitam, compelem e especificam suas propriedades psicológicas”) concebe a cultura como um subproduto da evolução e desenvolvimento da arquitetura geneticamente transmitida de nossa espécie, cujo estudo expõe suas múltiplas manifestações como distorções superficiais da infraestrutura cognitivo¹⁶-comportamental hu-

humanidade. Porto Alegre: L&PM Editores, 2015). Logicamente (e conforme veremos), mesmo internamente ao subconjunto de estudos almejando uma Historiografia Cognitiva, as conclusões apresentadas tendem a se diferenciar substancialmente, de acordo com o quadro teórico transposto à análise historiográfica. Para uma leitura crítica de tal tendência, cf. LEWENS, T. *Cultural Evolution: Conceptual Challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

¹³ Cf. WHITEHOUSE, H. Cognitive Historiography: When Science Meets Art. *Historical Reflections/Réflexions Historiques*, v. 31, n. 2, p. 307-318, 2005; MARTIN, L., SØRENSEN, J. (Orgs.). *Past Minds: Studies in Cognitive Historiography*. Londres e Nova York: Routledge, 2016.

¹⁴ A capacidade do aparelho cerebral de se modificar continuamente ao longo da vida de um indivíduo.

¹⁵ Cf. COOTER, R. Neural Veils, and the Will to Historical Critique: Why Historians of Science Need to Take the Neuro-Turn Seriously. *Isis*, 105, n. 1, p. 145-164, 2014.

¹⁶ No presente artigo o termo “cognição” e seus derivados são utilizados de acordo com sua definição padrão: a atividade ou processo mental de aquisição de conhecimento e entendimento por meio da reflexão, experiência e percepção sensorial.

mana: pois a variabilidade das culturas poderia ser elucidada por mecanismos não-culturais (por exemplo, pela atuação da ecologia e da “cultura evocada”¹⁷, do raciocínio causal e da aprendizagem por tentativa e erro). Nisso, toda pesquisa que opte por desconsiderar os fundamentos físico-materiais do pensamento e comportamento humanos tende a ser desqualificada, excluída do amplo campo da razão científica, o qual acredita-se ser compartilhado pelas análises nativistas. A valer, embora as últimas décadas tenham evidenciado seu desgaste, as alterações entre teóricos de ambos esses pontos de vista estão longe de se exaurir. Em sua exposição do aspecto afetivo e institucional dessa divergência identitária, o antropólogo britânico Maurice Bloch afirma que “[...] estudiosos [construtivistas e nativistas] passaram a se execrar, não sendo capazes de entender os propósitos uns dos outros. Consideram os métodos de seus supostos antagonistas como negligentes ou perigosos, rejeitando um o estilo e modo de exposição do outro”.¹⁸

Dada a notoriedade e complexidade de tal cenário, o objetivo deste artigo não se encontra na descrição de ambas as abordagens, nem mesmo na prescrição de qualquer uma delas para a investigação historiográfica. Em vez disso, buscar-se-á salientar como a contraditória dicotomia entre pares lógicos, tais quais “natureza vs. cultura”, “determinismo científico vs. contingência histórica” e “internalismo vs. externalismo”, apesar de muitas vezes heurísticamente bem-intencionada, parece ter sido precipitadamente transposta para o debate contemporâneo acerca das promessas e pressupostos da Historiografia Cognitiva. Com isso em mente, o presente texto alegará que um conjunto de desenvolvimentos recentes advindos das ciências da mente e da vida pode agregar uma variedade bem-vinda de parâmetros e recursos teóricos capazes de explorar tal debate para o benefício mútuo de ambas as partes envolvidas. Em termos gerais, nossa atenção irá se direcionar aos papéis que a História pode e até mesmo precisa exercer em um convívio progressivamente mais estreito com as disciplinas cognitivo-evolucionistas; relacionamento o qual talvez seja central e plurivalente para o estudo do passado, desde que esse esteja disposto a permitir que tais recentes desenvolvimentos científicos desafiem as fronteiras da imaginação historiográfica.

Historiografia Cognitiva como contextualização histórica da cognição humana

¹⁷ Condutas culturais evocadas seriam aquelas incitadas por mecanismos psicológicos compartilhados por todos os seres humanos em resposta a estímulos ambientais específicos (BUSS, D. [Org.]. *The Handbook of Evolutionary Psychology, Volume 2: Integrations*. Hoboken: Wiley, 2015, p. 749-779).

¹⁸ BLOCH, M. *Anthropology and the Cognitive Challenge*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 1.

Os estudos históricos e histórico-filosóficos das ideias e práticas científicas formaram, muito provavelmente, um dos primeiros terrenos de pretensas Historiografias Cognitivas as quais, a grosso modo, tentaram deduzir certas funções e processos cognitivos a partir de registros históricos particulares, assim como utilizar conceitos e teorias científico-cognitivas (tais quais as noções de “esquemas”, “processos heurísticos”, “raciocínio analógico” e “conhecimento procedural”)¹⁹ no enquadramento de suas interpretações. Realizadas, em sua ampla maioria, por acadêmicos advindos da Antropologia e Filosofia da Mente, ao desviarem seu foco dos produtos para os processos mentais envolvidos na construção do conhecimento, as denominadas “histórias cognitivas da ciência” acreditam-se capazes de discriminar o cerne dos trajetos investigativos por meio dos quais os cientistas constituíram e comunicaram o “saber científico” ao longo da história (a título de exemplo, os mecanismos cognitivos imediatamente envolvidos em seu raciocínio, seus artefatos epistêmicos, práticas de reflexão e sistemas de representação). Por sua vez, isso lhes permitiria abordar, em certa escala, as relações existentes entre o pensamento científico e os contextos sociais e materiais de sua produção, indagando a respeito das fontes e condições históricas de mudança conceitual e ancorando circunstancialmente as reconstruções racionais dos achados científicos passados.²⁰

A filósofa americana Nancy Nersessian, pioneira desse estilo de abordagem, considera tal perspectiva cognitivo-histórica como um empreendimento coerente com os questionamentos realizados pela *histoire des mentalités*, na medida em que ele se esforçaria por ocupar “um lugar entre uma historiografia tradicional das ideias científicas

¹⁹ Respectivamente: padrões de pensamento ou comportamento utilizados na organização de categorias ou informações e das relações existentes entre elas (Cf. DIMAGGIO, P. Culture and cognition. *Annual Review of Sociology*, v. 23, p. 263–287, 1997); processos cognitivos estrategicamente empregados em decisões não-rationais, ignorando parte de determinada informação com o objetivo de tornar uma escolha algo mais fácil e rápido (Cf. GIGERENZER, G., GAISSMAIER, W. Heuristic Decision Making. *Annual Review of Psychology*, v. 62, p. 451–482, 2011); forma de raciocínio dependente da comparação entre dois objetos ou sistemas de objetos, almejando enfatizar aqueles aspectos sob os quais eles são considerados semelhantes (Cf. BARTHA, P. Analogy and Analogical Reasoning. In: ZALTA, E. (Org.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Stanford University, 2019); conhecimento, tipicamente, inconscientemente ou tacitamente aplicado na realização de uma determinada tarefa e que, portanto, inclui discernimentos os quais não poderiam ser facilmente articulados pelos indivíduos.

²⁰ Cf. TWENEY, R. Toward a Cognitive-Historical Understanding of Michael Faraday’s Research: Editor’s Introduction. *Perspectives on Science*, v. 14, n. 1, p. 1–6, 2006; NERSESSIAN, N. Opening the Black Box: Cognitive Science and History of Science. *Osiris*, v. 10, p. 194–211, 1996; GIÈRE, R. (Org.). *Cognitive Models of Science*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992; ANDERSEN, H., et al. *The Cognitive Structure of Scientific Revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

cas e a nova historiografia sociológica da ciência, a qual possui a tendência de marginalizar a dimensão cognitiva das práticas científicas”.²¹ De fato (e similarmente), o historiador britânico Peter Burke descreve os estudos internos à *histoire des mentalité* como operando “no espaço conceitual existente entre a história das ideias, conforme sua definição estrita, e a história social, evitando [assim] terem que escolher entre uma história intelectual supressora da sociedade e uma história social que omite o [próprio] pensamento”.²² No entanto, conforme Nersessian salienta reiteradamente, a relação ideal entre História e ciências cognitivas não deve ser tratada como uma via unidirecional de mera concessão de recursos ou comprometimento da primeira com as descobertas da última. Sob seu ponto de vista, o método cognitivo-historiográfico há de ser fundamentalmente reflexivo: o status privilegiado atribuído aos pressupostos derivados das ciências cognitivas como forma de fundamentar o inquérito historiográfico possui caráter heurístico e provisório, estando sujeito ao escrutínio crítico, o qual a análise do registro histórico estaria em condições de proporcionar.

Tradicionalmente, cientistas cognitivos buscam a generalização de conclusões advindas de experimentos projetados para serem executados no ambiente hermético dos laboratórios. Logo, o estudo da cognição humana “em seu meio natural” compõe, muito provavelmente, a única maneira de se testar não apenas a validade ecológica de descobertas laboratoriais individuais, mas também os modos por meio dos quais tais achados se manifestam e se inter-relacionam em contextos não-experimentais, socialmente estabelecidos. Nisso (portanto), os estudos de caso histórico-antropológicos corresponderiam a uma fonte vital de dados empíricos complementares, além de um parâmetro para a validação e elaboração de hipóteses – Historiografia Cognitiva e ciências cognitivas haveriam de formar, então, um ciclo de corroboração mútua.²³ Conforme o elaborado pela autora,

[...] o método cognitivo-historiográfico necessita ser reflexivo em sua aplicação. Teorizações e metodologias cognitivas devem ser elaboradas na medida em que ajudem a interpretar as práticas dos agentes históricos e contemporâneos [...]. Hipóteses, métodos e resultados de ambas as partes hão de ser submetidos à avaliação crítica, com *insights* corretivos se movendo em ambas as direções. Dessa forma, práticas elucidadas em pesquisas cognitivo-historiográficas podem

²¹ NERSESSIAN, 1996, op. cit., p. 202.

²² BURKE, P. Strengths and Weaknesses of the History of Mentalities. *History of European Ideas*, v. 7, n. 5, p. 439-451, 1986, p. 440.

²³ SILVA, T., SANTOS, L. Ritual, Memória e Identidade Social no Mundo Greco-Romano: Um Estudo de Caso em Historiografia Cognitiva. In: ALVIM, J., T., et al. (Orgs.). *Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, p. 221-236, 2017a, p. 231; HEINTZ, 2016, op. cit., p. 14.

fornecer um ponto focal para estudos observacionais e para a elaboração de experimentos. Pontualmente, todos esses [...] tipos de investigação são necessários.²⁴

Diversamente, dando plena ênfase ao escrutínio crítico proporcionado pela análise dos registros históricos e rememorando a influente obra do classicista e historiador da ciência israelense Reviel Netz, o ramo de Historiografia Cognitiva endossado pelo filósofo e cientista social francês – e (muito provavelmente) maior porta-voz da nova historiografia sociológica da ciência – Bruno Latour, pode ser entendido como indistinguível dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia:²⁵ “isto é, uma profunda consideração das condições materiais, históricas e práticas culturais indispensáveis para a descoberta de novas habilidades cognitivas”.²⁶ De fato, a abordagem por ele partidariamente defendida (assim como por um número considerável de historiadores fortemente influenciados por suas obras) não é uma Historiografia Cognitiva da Ciência propriamente dita, mas uma “contextualização histórica da cognição humana”, concebida como um conjunto de tecnologias intelectuais socialmente constituídas e transmitidas, em vez de traços naturais de nossa espécie. Aqui, a advertência de Latour, de que nossos traços cognitivos devem ser “tomados como o *tópico* da investigação historiográfica, ao invés de como *recurso* com o qual escrever tal História”²⁷ possui uma correlação irrefutável com a “nova História da Psicologia”, a qual se delineou em oposição às perceptíveis tendências presentistas da historiografia anterior e o caráter a-histórico dos estudos psicológicos convencionais – e cujo *dictum* é: “a psicologia é a temática a ser historicizada, mas não um mecanismo para se entender melhor as mudanças históricas, através do tempo”.²⁸ Em ambas, a adoção integral de uma perspectiva histórica para a estruturação social dos processos cognitivos humanos é encarada como necessária e legitimadora da extrapolação de qualquer alegação (mais) determinista realizada pelas ciências comportamentais e do cérebro.²⁹

²⁴ NERSESSIAN, N. The Cognitive Basis of Model-Based Reasoning in Science. In: CARRUTHERS, P., et al. (Orgs.). *The Cognitive Basis of Science*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 133-153, 2002, p. 136.

²⁵ NETZ, R. *The Shaping of Deduction in Greek Mathematics: A Study in Cognitive History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 3.

²⁶ LATOUR, B. The Netz-Works of Greek Deductions. *Social Studies of Science*, v. 38, n. 3, p. 441-459, 2008, p. 441.

²⁷ Idem, p. 442.

²⁸ PETTIT, M., DAVIDSON, I. Can the History of Psychology Have an Impact? *Theory & Psychology*, v. 24, n. 5, p. 709-716, 2014, p. 711.

²⁹ LATOUR, B. Cogito ergo sumus! or psychology swept inside out by the fresh air of the upper deck... *Mind, Culture, and Activity*, v. 3, n. 1, p. 54-63, 1995, p. 60; Cf. FORMAN, P. Independence, Not Transcendence, for the Historian of Science. *Isis*, v. 82, n. 1, p. 71-86, 1991.

Nesse contexto, o obstáculo mais aparente para aqueles que divergem desse, cada vez mais adotado, porém demasiadamente circunstancial e construtivista, ponto de vista está em salvaguardar a integração entre História e ciências cognitivas acomodando, ao mesmo tempo: (1) tanto a crítica conceitual de seu unilateralismo metodológico vigente (conforme o manifestado por Nersessian); (2) quanto a presumida demonstração historiográfica de que uma grande parcela das particularidades do raciocínio humano não pode ser simplesmente atribuída ao mero funcionamento interno de nossas mentes – ou seja, sua existência, percepção e compreensão não poderiam ocorrer isoladas de contextos sociais e materiais específicos (consoante a uma interpretação mais razoável do discurso endossado por Latour). Nesse cenário, uma das primeiras reações cabíveis estaria em destacar a forma pela qual as próprias ciências cognitivas, como consequência de críticas externas e reestruturações internas, se distanciaram do profundo internalismo que caracterizava a quase totalidade do campo em seus primórdios, isto é, da afirmação de que as propriedades mentais e psicobiológicas humanas seriam completamente distintas das influências (socioambientais) do meio que as envolve.³⁰

De fato, partindo da ascensão da Computação, na década de 1950, a conjunção entre Teoria Representacional da Mente (a qual dita que as “representações internas” são nossa principal via de acesso à realidade) e uma descrição computacional do raciocínio humano (integrando a família de perspectivas dominantes nas ciências cognitivas tradicionais, denominada Teoria Computacional) foi responsável por garantir, por mais de três décadas, a maior parte do conjunto de ferramentas conceituais, terminologias e metodologias utilizadas nos estudos da cognição. Nisso, a despeito das representações mentais possuírem características simbólicas tanto semânticas quanto sintáticas, por serem entendidos como internos a um sistema formal (quantitativo), os processos computacionais do aparelho mental de nossa espécie foram encarados como primariamente sensíveis às propriedades sintáticas dos símbolos. E, embora extremamente produtiva, uma das consequências de tal restrição da cognição à sintaxe representacional foi o pressuposto implícito de que a mente humana poderia ser estudada independentemente de quaisquer influências externas potencialmente qualitativas (concessoras de “sentido), do corpo e do ambiente físico e cultural no qual se situa. Suposição essa que, progressivamente, delineou os estudos empíricos nas ciências cognitivas, especialmente durante suas primeiras décadas.³¹

³⁰ HESSENBRUCH, A. (Org.). *Reader's Guide to the History of Science*. Londres e Nova York: Routledge, 2013, p. 380-381.

³¹ Cf. FODOR, J. *The Language of Thought*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

No entanto, desde os anos de 1980, o campo tem presenciado uma crescente apreciação da natureza incorporada, situada e, conforme algumas interpretações filosóficas mais radicais, estendida e enativa³² de nossa cognição, isto é, as maneiras pelas quais nossos processos cognitivos mais imediatos estariam sujeitos e, de certa forma, se estenderiam por todo um contexto materialmente, simbolicamente e socialmente estruturado.³³ Conserva-se, então, o enunciado entoado por Latour, de que o local da elaboração e transformação dos elementos constitutivos da cognição pretérita deve ser procurado em seu meio e não nas mentes individuais. Entretanto, sua conclusão de que, por conseguinte, a mente humana não contém nada digno de ser estudado por historiadores baseia-se numa ingênua dicotomia entre uma compreensão de nosso aparato cognitivo como algo isolado e uma concepção externalista do ambiente o qual habitamos como totalmente independente de nosso aparelho mental. E tal posicionamento vem sendo intensamente criticado por um grupo significativo de modelos recentes para o entendimento da cognição em nossa espécie, os quais

[...]evidenciam que a perspectiva tradicional, alicerçada no processamento simbólico, talvez tenha confundido as propriedades de um *sistema cognitivo* [extremamente] complexo, contendo tanto o indivíduo quanto seu ambiente, pelas propriedades individuais da mente. O objetivo [dos modelos recentes] se encontra no desenvolvimento de um quadro analítico no qual os processos cognitivos não sejam separados dos contextos e práticas em que a cognição ocorre.³⁴

Obviamente, em nenhum momento da história das ciências da mente a interdependência entre processos cognitivos (como a recordação, o planejamento e o raciocínio) e certas informações externas aos nossos crânios foi questionada. Aqui, a disputa está na possibilidade dos objetos, lugares e as próprias pessoas (tanto individualmente quanto coletivamente) impreterivelmente participarem como componentes literais desses processos – e não apenas como meras fontes de estímulos informacionais. Muitos críticos, por exemplo, acreditam que tal quadro interpretativo é descometido, demasiadamente inclusivo e (com certa razão) experimentalmente infértil, não obstante, trata-se de um testamento expressivo das limitações teóricas da perspectiva computacional

³² Termo comumente utilizado na descrição de uma forma de interação com o ambiente baseada no conhecimento adquirido por meio de nossas ações físicas e habilidades motoras.

³³ Cf. MENARY, R. Introduction to the Special Issue on 4E Cognition. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, v. 9, n. 4, p. 459-463, 2010.

³⁴ NERSESSIAN, N. Interpreting Scientific and Engineering Practices: Integrating the Cognitive, Social, and Cultural Dimensions. In: GORMAN, M., et al. (Orgs.). *Scientific and Technological Thinking*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, p. 17-56, 2005, p. 18.

das ciências cognitivas tradicionais e uma resposta às mentes extraordinariamente incongruentes concebidas por seus modelos.³⁵ A valer, seu triunfo inicial parece ter decorrido de uma triagem excessivamente seletiva e unilateral dos tipos de questões que os modelos computacionais deveriam elucidar. Alinhados às tradicionais (e limitadas) perspectivas racionalistas acerca da inteligência, os padrões de funções escolhidos como moldes para a cognição humana eram, em sua grande maioria, abstratos, codificando estímulos e respostas de maneira desmedidamente artificial. Na época, a justificativa para tal “sacrifício epistêmico” jazia na presunção de que a integração de outros domínios cognitivos mais práticos, tais quais a percepção, a movimentação e a ação, poderia ser ignorada até que os supostos mecanismos basilares da mente fossem mais plenamente elaborados.

Aos olhos dos críticos, embora extremamente produtiva, tal abnegação é, obviamente, inadmissível. Se a intenção das ciências cognitivas for verdadeiramente elucidar a mente humana e a cognição animal à medida em que enfrentam e solucionam dilemas ecologicamente realistas, seus modelos simplesmente não poderiam desconsiderar a percepção e a ação, assim como os ambientes físico e social. Por conseguinte, uma Historiografia Cognitiva difundida a partir de tal crítica conclui que a “contextualização histórica da cognição” não é meramente acomodável ou preferível a uma “Ciência Cognitiva da história”, mas um complemento metodológico essencial para o estabelecimento de uma disciplina científico-cognitiva adequadamente incorporada no contexto e fisicalidade humanos. Desenvolvendo os apontamentos de Nersessian e refutando o parecer mais extremado de Latour, se considerarmos que tal “estudo cognitivo-historiográfico” deve ser tratado como algo muito maior do que a simples reformulação, em um vocabulário técnico das ciências cognitivas, daqueles *insights* obtidos pelos (externalistas e anti-computacionalistas) Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, uma relevante ressalva permanece, excedendo as preocupações características das análises históricas e histórico-filosóficas das ideias e práticas científicas: quais são os pressupostos que forneceriam coerência a um estudo dos fenômenos históricos “com referência às estruturas cognitivas [fundamentais] da mente humana” que, ao mesmo tempo, partiria da premissa de que tais “estruturas cognitivas, embora capazes de influenciar profundamente o caminho tomado por uma sociedade, não são inexoravelmente fixadas [em sua manifestação]”?³⁶

³⁵ CLARK, A. *Being There: Putting Brain, Body, and World Together Again*. Cambridge: The MIT Press, 1998, p. XII.

³⁶ LENT, J. *The Patterning Instinct: A Cultural History of Humanity's Search for Meaning*. New York: Prometheus Books, 2017, p. 15

É necessário deixarmos bem claro, notoriamente, historiadores sociais não aguardaram a confecção, pelas ciências da mente, de nomenclaturas rebuscadas para explorarem os modos pelos quais desenvolvimentos tais como os técnicos e científicos impactaram o raciocínio humano. E, de fato, os métodos cognitivo-historiográficos podem auxiliar a elucidação precisa de tais processos, impelindo a escolha das fontes preteritas pertinentes e, assim, potencializando sua análise e explicitando possíveis novas camadas de significado para sua interpretação. No entanto, tais metodologias devem atuar como complemento, e não como alternativa, à avaliação retórica e hermenêutica. Uma verdadeira integração entre História e ciências cognitivas diz respeito ao estabelecimento de inter-relações teóricas entre duas disciplinas, supostamente, arbitrariamente distintas, não através de concessões específicas ou reformulações, mas por meio da demonstração de sua mútua relevância.³⁷ Nisso, é incontestável que o recente movimento interno de reconsideração das ciências da mente foi largamente enriquecido pela existência de sofisticadíssimos relatos historiográficos acerca da materialidade das práticas cognitivas. Mas haveria espaço para a escrita da História obter sua prudente recíproca? Ou seja, como fundamentar uma Historiografia Cognitiva que leve a sério a afirmação de que alterações drásticas “em uma determinada sociedade modificam, de modo igualmente drástico, [a manifestação de] suas estruturas cognitivas inatas – e, em última análise, toda a sua visão de mundo”?³⁸ O referencial teórico das “ecologias cognitivas compartilhadas”, elaborado pelo cientista cognitivo australiano John Sutton e pelo estudioso da literatura neozelandês Nicholas Keene, talvez seja uma alternativa. Nele,

[...] mudanças tecnológicas, práticas e normativas podem reestruturar a mente e a consciência [...]. De fato, isso estaria ocorrendo o tempo todo, pois os artefatos cognitivos compõem o próprio processo ou meio das atividades mentais. Não se trata [meramente] de uma dimensão subjetiva, interna e privada [...] sendo repentinamente transformada, liberada, restringida e compelida por novos recursos materiais externos. Longe disso, a história da mente humana, simplesmente, é o percurso e encadeamento de sistemas cognitivos híbridos e compartilhados.³⁹

A despeito de suas possibilidades, internamente à própria disciplina da História, desde a virada do século, um grupo expressivo de autores tem se posicionado em específica oposição a qualquer configuração (mais) contextual da Historiografia Cognitiva.

³⁷ Cf. DUNÉR, AHLBERGER, 2019, op. cit.

³⁸ LENT, 2017, op. cit., p. 20.

³⁹ SUTTON, J., KEENE, N. Cognitive History and Material Culture. In: GAIMSTER, D., et al. (Orgs.). *The Routledge Handbook of Material Culture in Early Modern Europe*. Londres: Routledge, p. 46-58, 2017, 46-47.

Com efeito, trata-se de representantes do segundo terreno a ter despertado um interesse acadêmico precoce e abrangente com a possibilidade de uma conciliação entre pesquisas acerca da mente e do passado humanos: pois de forma, à princípio, curiosa e “por razões profundamente eventuais, uma grande quantidade de análises cognitivo-historiográficas vem sendo produzida por aqueles envolvidos com o estudo [histórico] das religiões”.⁴⁰

Historiografia Cognitiva como Ciência Cognitivo-evolucionista da história

Em seu balanço daquilo que identifica como o panorama geral do campo, o antropólogo e cientista cognitivo grego Dimitris Xygalatas manifesta-se criticamente ao que considera ser a perspectiva predominante entre seus autores: a percepção da “contribuição das ciências cognitivas para a Historiografia Cognitiva [da Religião] como limitada à teorização acerca das mentes pretéritas”. Embora se demonstre igualmente seguro de que “a interdisciplinaridade e a colaboração são uma condição *sine qua non*”⁴¹ para a análise cognitivo-historiográfica das crenças e comportamentos religiosos, a opinião de Xygalatas receia que a evocação de modelos teóricos advindos das ciências da mente sirva mais para a fundamentação de convicções historiográficas pré-existentes do que para a exploração daquilo que ele assume ser a grande virtude da perspectiva tradicional das ciências cognitivas: sua empiria e fecundidade experimental. Sob tal óptica, o principal ímpeto subjacente à Historiografia Cognitiva haveria de ser, precisamente, a correção dos vieses e insuficiências associados às abordagens textuais tradicionais (teórico-narrativas e hermenêuticas) por meio da exploração das ferramentas explanatórias e metodológicas presentes no estudo empírico da cognição humana.

Ecoando a asserção do historiador e classicista britânico Neville Morley, de que “relatos historiográficos sub- ou não-teorizados são inadequados, porque dependem de um conjunto implícito e problemático de alegações que é mascarado como o ‘senso comum’”⁴², aqueles que advogam por tal ramo da Historiografia Cognitiva aceitam que, como forma de evitar que sua produção contribua para a perpetuação de uma abordagem popular para o comportamento humano (isto é, fundamentada, justamente, em um mero “senso comum”), enredada em considerações especulativas e infundadas, o historiador profissional há de fazer uso daquelas informações acerca das condutas individuais

⁴⁰ MARTIN, L. Introduction to the Issue. *Journal of Cognitive Historiography*, v. 1, n. 1, p. 10-13, 2014b, p. 10.

⁴¹ XYGALATAS, D. On the Way Towards a Cognitive Historiography: Are We There Yet? *Journal of Cognitive Historiography*, v. 1, n. 2, p. 193-200, 2014, p. 197.

⁴² MORLEY, N. *Theories, Models and Concepts in Ancient History*. Londres e Nova York: Routledge, 2004, p. 1.

e coletivas que, atualmente, são conhecidas e estudadas empiricamente e experimentalmente pelos modelos computacionais das ciências da mente. Ou seja, a aplicação de corolários científico-cognitivos contemporâneos às análises do passado poderia auxiliar a historiografia a evitar suposições consensuais popularmente (e erroneamente) preconcebidas a respeito dos hábitos e concepções humanas. Afinal, historiadores, ao que tudo indica, precisam estar cientes das produções acadêmicas pertinentes que possam ampliar ou subverter sua compreensão cotidiana de si mesmos (ou, conforme é denominado na literatura especializada, sua “psicologia popular”), visto que a dependência e sujeição a um entendimento pré-teórico (pré-científico) das ações individuais e coletivas poderia, aparentemente, minar a validade das explicações historiográficas oferecidas em completa ignorância de todo um campo de relevantes pesquisas empíricas dedicado a estender ou modificar tal forma genérica de compreensão.⁴³ Conclusivamente, nas palavras dos filósofos ingleses Cynthia e Graham Macdonald, isso implica a sugestão de que seria

[...] prudente para os estudiosos da história estarem cientes do florescente trabalho interdisciplinar que está sendo conduzido nos campos das ciências cognitivas, da Antropologia Cognitiva, da Psicologia Evolucionista e da [nova] Evolução Cultural. De fato, tal trabalho é, frequentemente, altamente especulativo e, por vezes, tendencioso, mas, da mesma forma, constantemente apresenta a virtude de submeter nossas compreensões pré-teóricas a respeito de nós mesmos ao escrutínio empírico. Um historiador que, por exemplo, *assume* que a persistência de condutas religiosas depende, principalmente, de causas culturais, e que modelasse sua elucidação sobre tal entendimento, muito provavelmente se surpreenderia ao descobrir que vários estudiosos contemporâneos enxergam tal comportamento “como um análogo fenotípico⁴⁴ à capacidade linguística, a qual é uma concessão evolutiva inata aos seres humanos [...] e isso significa que a atividade religiosa não seria mais ‘cultural’ do que a estereopsia⁴⁵ ou o bipedismo”.⁴⁶

Grosso modo, isso pode apontar para o tratamento do passado como um campo para “experimentos naturais”. Pois, embora atue como um impedimento da atribuição aleatória⁴⁷, a disciplina da História fascina os experimentalistas com seu acesso a bancos

⁴³ MACDONALD, C., MACDONALD, G. Reductionism: Historiography and Psychology. In: TUCKER, A. (Org.). *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. Oxford: Wiley-Blackwell, p. 342-352, 2009, p. 351.

⁴⁴ Conjunto das características ou traços observáveis dos indivíduos.

⁴⁵ A percepção de profundidade produzida pela recepção cerebral de estímulos visuais desde a atuação conjunta de ambos os olhos (nossa visão binocular).

⁴⁶ *Idem*, p. 350.

⁴⁷ Técnica empírica para, internamente a um experimento, atribuir participantes humanos ou animais a diferentes grupos (por exemplo, um grupo de tratamento ou um grupo de controle) valendo-se de métodos de randomização, tais como eventualidades ou um gerador de números aleatórios.

de dados amplos e de baixo custo, livres de dificuldades e inconveniências éticas que comprometam ou, até mesmo, impossibilitem os estudos com participantes humanos.⁴⁸ Nisso, para a maior parte da produção historiográfica (a qual não se renderia à formalização e modelagem matemática/quantitativa), a noção de colaboração denotaria, então, alinhamento: os estudiosos do passado necessitariam asseverar seus ubíquos, porém desarticulados, pressupostos acerca das mentes pretéritas – por exemplo, projetando experimentos de maneira a testar hipóteses derivadas do próprio material histórico ou, ao menos, submetendo suas hipóteses pré-concebidas ao escrutínio do parecer científico-cognitivo vigente. Como forma de salvaguardarem-se de equívocos, historiadores e cientistas cognitivos devem, então, intercambiar suas competências em prol da empiria científica: se os primeiros não costumam possuir o *know-how* para, seguramente, estabelecer, esclarecer e extrapolar a partir daquilo disponibilizado pelas ciências cognitivas, aqueles acadêmicos advindos de disciplinas experimentais, contrariamente, almejam justamente a expertise contextual e o conhecimento filológico historiográfico, capaz de propiciar uma interpretação mais rebuscada do material histórico e suas “mentes passadas”.⁴⁹

Corolários científico-cognitivos podem, em outras palavras, prover um suplemento para os métodos tradicionais de historiadores [...] e, quando possível, um corretivo para suas suposições e interpretações das “mentes” históricas [...]. O amplo espectro intercultural de conhecimento controlado por historiadores [...] pode, por outro lado, não apenas acessar os prognósticos de estudos científico-cognitivos com exemplos e contraexemplos, mas, também, prover uma verificação das hipóteses fornecidas pelas interpretações de “religião”, muitas vezes ingênuas e paroquiais, realizadas por cientistas cognitivos em seus modelos de pesquisa. O resultado de tal trabalho colaborativo pode, então, resultar em um estudo compreensivo e verdadeiramente acadêmico-científico.⁵⁰

Teoricamente, o sustentáculo de tal empreitada encontra-se numa suposta continuidade entre as mentes passadas e suas correspondentes contemporâneas, conjectura a qual seus apoiadores garantem estar embasada em sólidas bases empíricas. E, conforme o indagado pelo historiador das religiões dinamarquês Anders Lisdorf,

⁴⁸ Cf. DIAMOND, J., ROBINSON, J. *Natural Experiments of History*. Cambridge: Belknap Press, 2011; SILVA, T. Simulando as “mentes passadas”: a Historiografia Cognitiva entre a História e as Ciências Cognitivas. *Temporalidades*, v. 11, n. 3, p. 185-216, 2019.

⁴⁹ Cf. SLINGERLAND, E. Who's Afraid of Reductionism? The Study of Religion in the Age of Cognitive Science. *Journal of the American Academy of Religion*, v. 76, n. 2, p. 375-411, 2008; PETTIT, M. Historical Time in the Age of Big Data: Cultural Psychology, Historical Change, and the Google Books Ngram Viewer. *History of Psychology*, v. 19, n. 2, p. 141-153, 2016.

⁵⁰ SILVA, SANTOS, 2017a, op. cit., p. 231.

[...] isso [obviamente] não equivale a dizer que a cultura não é importante, mas apenas que as mentes humanas de indivíduos históricos e modernos são suficientemente semelhantes em sua função cognitiva geral, garantindo uma comparação significativa. Isto é: as mentes pretéritas não são mais distintas de suas equivalentes modernas do que aquelas das outras culturas em nossa contemporaneidade [...]. Se tal distanciamento psíquico fosse, de fato, tão grande que as mentes modernas não seriam, a princípio, como aquelas dos sujeitos históricos, então como seria possível dizer algo a respeito das ações, motivações ou pensamentos dos agentes pretéritos? Epistemologicamente, para que possamos entendê-las, faz-se necessária uma similaridade básica entre as mentes passadas e as modernas.⁵¹

Destarte, em seus estudos históricos, Xygalatas alega recorrer ao “pressuposto incontroverso, entre os cientistas cognitivos, de que a arquitetura mental e comportamental dos seres humanos anatomicamente modernos não sofreu nenhuma transformação significativa na escala histórica do tempo – ou seja, nos últimos milênios”.⁵² E Lisdorf, logicamente, concorda com tal asserção quando sugere que existe algo próximo a uma “conclusão unânime de que não ocorreram quaisquer mutações significativas no cérebro humano desde, pelo menos, 100.000 anos atrás”.⁵³ Finalmente, dando relevância historiográfica ainda maior à tese, o historiador das religiões norte-americano Luther Martin, decano da *Historiografia Cognitiva da Religião*, baseado em ambos os autores supracitados, assegura a perspectiva de que os “estudiosos da cognição, assim como psicólogos evolucionistas, já aceitam que a morfologia do cérebro humano, assim como as funções de tal morfologia, pouco mudou, se é que sofreu qualquer, alteração na última centena de milênios”.⁵⁴

Não obstante, uma quantidade significativa de autores (mais) teoreticamente engajados tem alegado que o aparente status axiomático de tal suposição – conforme o sustentado por historiadores das religiões, psicólogos e cientistas cognitivos de viés nativista – talvez esclareça a carência de análises contundentes e conclusivas acerca do significativo número de evidências empíricas apresentadas em seu apoio. Ademais, aquilo que, mesmo a nível conceitual, permanece confuso é como devemos lidar com a clara falta de consenso acadêmico a respeito daquilo que, precisamente, haveria se man-

⁵¹ LISDORF, A. Towards a Cognitive Historiography: Frequently Posed Objections. In: PACHIS, P., WIEBE, D. (Orgs.). *Chasing down Religion: In the Sights of History and the Cognitive Sciences*. Sheffield: Equinox Publishing, Ltd., p. 233-242, 2015, p. 4.

⁵² XYGALATAS, 2014, op. cit., p. 197-198.

⁵³ LISDORF, 2015, op. cit., p. 3.

⁵⁴ MARTIN, L. *Deep History, Secular Theory: Historical and Scientific Studies of Religion*. Berlin e Boston: de Gruyter, 2014a, p. 349.

tido inalterado por milhares de anos. Pois (conforme o observado na literatura em questão) equiparar conjuntos complexos e ambíguos de noções, tais quais “arquitetura mental”, “mutações cerebrais” (talvez alterações anatômicas) e “morfologia funcional do cérebro humano”, é uma empreitada intelectual ousada, para dizer o mínimo. Ademais, sustentar convincentemente a premissa de que, segundo o conjecturado pelas ciências da mente, aquilo que pode ser tratado como nossa “estrutura cognitivo-comportamental” se manteve (pelo menos desde os últimos milênios) um traço comum, universal de nossa espécie requer um entendimento cientificamente homogêneo acerca (1) daquilo que rigorosamente constitui tal estrutura (por exemplo, nossas percepções ou preferências), (2) do significado de conceitos basilares para sua definição (tais quais “comum” ou “universal”) e (3) de quais tipos de indício são fornecidos como fundamento para tal consideração. A valer, a despeito da inegável produtividade daqueles programas de pesquisa fundamentados na axiomatização de tais premissas, tratam-se (todas essas) de questões acentuadamente contestadas por grande parte dos teóricos contemporâneos.

Conjuntamente, retendo-nos a apenas alguns pontos de dissenso teórico, um conjunto considerável de inquéritos ainda necessita ser solucionado por aqueles que advogam por tal modalidade de Historiografia Cognitiva. Primeiramente, o que seriam, afinal, os tais traços mentais específicos dos seres humanos modernos?⁵⁵ Em face ao incessante debate acerca do próprio registro histórico-arqueológico e, justamente, da ausência de uma teoria congruente para a definição do que seria o “comportamento humano moderno”, qual a utilidade historiográfica de um suposto marco balizador para o surgimento dos indivíduos anatomicamente modernos – tal como a estimativa de 100.000 anos utilizada por Lisdorf e Martin?⁵⁶ A atual percepção acadêmica a respeito das correspondências entre genes e estruturas neuronais, de um lado, e funções cognitivas, do outro, é madura o suficiente para resguardar (satisfatoriamente) a tese da continuidade entre as mentes passadas e suas correspondentes contemporâneas fundamentada na suposta manutenção filogenética de nossa arquitetura neural?⁵⁷ Ressalvas taxonômicas e semânticas à parte, a velocidade com a qual a evolução genética pode, de fato, desenvolver-se em adaptações complexas permanece um dado empiricamente inconclusivo. Como, então, podemos nos assegurar que os genes responsáveis por contribuir

⁵⁵ SHERWOOD, C., et al. A Natural History of the Human Mind: Tracing Evolutionary Changes in Brain and Cognition. *Journal of Anatomy*, v. 212, n. 4, p. 426-454, 2008, p. 427.

⁵⁶ Cf. MCBREARTY, S., BROOKS, A. S. The Revolution That Wasn't: A New Interpretation of the Origin of Modern Human Behaviour. *Journal of Human Evolution*, v. 39, n. 5, p. 453-563, 2000; HENSHILWOOD, C., MAREAN, C. The Origin of Modern Human Behavior: Critique of the Models and Their Test Implications. *Current Anthropology*, v. 44, n. 5, p. 627-651, 2003.

⁵⁷ Cf. KOVAS, Y., PLOMIN, R. Generalist Genes: Implications for Cognitive Sciences. *Trends in Cognitive Science*, v. 10, n. 5, p. 198-203, 2006; ANDERSON, M. Mining the Brain for a New Taxonomy of the Mind. *Philosophy Compass*, v. 10, n. 1, p. 68-77, 2015.

com nosso desenvolvimento cerebral não foram sujeitos a processos de seleção historicamente recentes?⁵⁸ Finalmente (e talvez o mais importante) como uma perspectiva historiográfica de viés nativistas poderia se sustentar perante à objeção científica representada pelas evidências de uma plasticidade neural e cognitivo-comportamental (muito provavelmente) consideravelmente elevada nos seres humanos?⁵⁹

Em síntese, na opinião especializada, a intensidade com a qual o desenvolvimento dos indivíduos é compelido e restringido por seus genes e estrutura cognitiva permanece incerta, gerando dúvidas em relação à solidez da efetividade epistemológica desse ramo “experimentalista” do projeto cognitivo-historiográfico. Todavia, apesar do aspecto (teoricamente) alarmante desse conjunto de questões, a quase totalidade dos autores contemporâneos atuando internamente à Historiografia Cognitiva da Religião alinha-se, a grosso modo, com um célebre, empiricamente progressivo e institucionalmente bem-sucedido quadro teórico-metodológico que se encontra em total consistência com seu (ousado) argumento geral, tendo inclusive sido concebido, precisamente, para viabilizá-lo: a ramificação nativista da Psicologia Evolucionista. Fundadores e principais delineadores desse gênero de compreensão psicológica, o antropólogo americano John Tooby e sua esposa, a psicóloga Leda Cosmides, foram, muito provavelmente, os maiores responsáveis pela recente disseminação da concepção de uma “unidade psíquica” do *Homo sapiens* baseada na existência de algo como uma natureza humana inata (ou seja, evolutivamente desenvolvida e geneticamente especificada), sob a forma de um conjunto perene de complexas adaptações psicológicas (comumente denominadas “módulos”), as quais emergiriam precocemente e involuntariamente em nossa sequência ontogenética e seriam responsáveis por traços que vão desde a capacidade para a aquisição da linguagem até a nossa ubíqua predileção inicial por alimentos doces.⁶⁰

Sob esse (cada vez mais difundido) ponto de vista, embora nunca negadas, a plasticidade observada no desenvolvimento dos indivíduos, a variação intercultural e a

⁵⁸ Cf. MEKEL-BOBROV, N., et al. Ongoing Adaptive Evolution of ASPM, a Brain Size Determinant in *Homo Sapiens*. *Science*, v. 309, n. 5731, p. 1720-1722, 2005; EVANS, W., et al. Microcephalin, a Gene Regulating Brain Size, Continues to Evolve Adaptively in Humans. *Science*, v. 309, n. 5741, p. 1717-1720, 2005; NIELSEN, R., et al. Recent and Ongoing Selection in the Human Genome. *Nature Reviews*, v. 8, n. 11, p. 857-868, 2007; STEARNS, S., et al. Measuring Selection in Contemporary Human Populations. *Nature Reviews*, v. 11, n. 9, p. 611-622, 2010.

⁵⁹ Cf. MOHAMMED, A., et al. Environmental Enrichment and the Brain. *Progress in Brain Research*, v. 138, p. 109-133, 2002; LI, S. Biocultural Orchestration of Developmental Plasticity across Levels: The Interplay of Biology and Culture in Shaping the Mind and Behaviour across the Life Span. *Psychological Bulletin*, v. 129, n. 2, p. 171-194, 2003.

⁶⁰ Cf. PINKER, S., BLOOM, P. Natural Language and Natural Selection. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 13, n. 4, p. 707-727, 1990.

variabilidade genética intraespecífica são vistas como vigorosamente restringidas e compelidas por esquemas desenvolvimentais e mecanismos psicológicos inerentes à nossa espécie: “o design computacional subjacente à mente humana é transmitido geneticamente, ao passo que a variação cultural é a consequência de estímulos experienciais distintos [ou seja, contextuais] sendo processados por meio desta arquitetura comum”. Logo, tal óptica se torna proveitosa não apenas àqueles interessados na busca por correspondências intersubjetivas, interculturais e intertemporais, uma vez que mesmo “desigualdades [...], as quais surgiriam da exposição de uma mesma natureza humana a estímulos ambientais distintos, relacionariam, direta e explicitamente, o estudo dessas diferenças à tal natureza”.⁶¹

A equiparação, mesmo que indireta, entre nosso aparato neural e mecanismos mentais encapsulados geneticamente especificados, assim como o entendimento dos processos evolutivos que moldaram as bases de nossa cognição e comportamento conforme “adaptações por seleção natural”, fornece à ramificação nativista da Psicologia Evolucionista as evidências necessárias para que sua constatação da universalidade da mente humana se torne uma conjectura admissível. Com efeito, os registros filogenéticos e arqueológicos sugerem, perceptivelmente, que os primeiros *Homo sapiens* neuroanatomicamente modernos surgiram no decorrer do Pleistoceno⁶², quando, atuando sobre a variação genética então disponível, as pressões seletivas naturais teriam (em tese) acarretado um conjunto característico de adaptações cognitivas. Ademais, tal arquitetura, presumivelmente, continuaria a caracterizar nossa espécie até os dias de hoje, dado que, consoante à acepção psicológico-evolucionista, a seleção natural demonstra-se um processo complexo demasiadamente lento, o que acabaria por inviabilizar que quaisquer alterações genéticas expressivas (e, portanto, transformações em nossas adaptações cognitivas) tenham ocorrido desde esse longínquo Ambiente de Adaptação Evolutiva⁶³. Em poucos termos, os proventos heurísticos do respaldo em tal uniformidade mental são um programa de pesquisa pragmático (analisando as adaptações ocultas na variabilidade manifesta das concepções e condutas humanas) e uma concessão para a realização de transições inferenciais diretas e epistemologicamente valiosas entre as mentes pretéritas

⁶¹ COSMIDES, L., TOOBY, J. On the Universality of Human Nature and the Uniqueness of the Individual: The Role of Genetics and Adaptation. *Journal of Personality*, v. 58, n. 1, p. 17-67, 1990, p. 23.

⁶² Época geológica cuja extensão foi de, aproximadamente, 2.588.000 AP até 11.700 anos AP, abrangendo o período mais recente da história de nosso planeta a presenciar glaciações recorrentes.

⁶³ O conjunto de pressões seletivas historicamente recorrentes que deram forma a uma dada adaptação, assim como aqueles aspectos ambientais que eram necessários para o seu desenvolvimento e funcionamento adequados.

e suas equivalentes contemporâneas. Em última análise, caso o julgamento de seus promotores esteja correto e as observações supramencionadas converjam com uma elucidação plausível de nossa evolução e psicologia (a despeito dos críticos), isso possibilitaria que o registro histórico fosse tomado como muito mais do que

[...] limitado apenas a antecedentes cronológicos e contingências culturais, mas, também, constricto pelos processos mentais comuns a todos os seres humanos. Logo, baseados em seus previsíveis padrões, historiadores podem construir modelos de explicação capazes de auxiliar no preenchimento das lacunas do conhecimento histórico (especialmente quando os dados utilizados se encontram incompletos ou fragmentados, conforme, obviamente, é o caso de grande parte do registro histórico). E, mais importante, eles podem fazê-lo com uma precisão e nuança maiores do que aquelas que encontrariam se estivessem limitados apenas à interpretação bruta de vestígios textuais e/ou materiais.⁶⁴

Entre as duas “razões de ser” da Historiografia Cognitiva

Claramente, subjacentemente a um reivindicante engajamento comum com a superação de fronteiras disciplinares e (pelo menos a princípio) ontológicas, o cenário com o qual nos deparamos está caracterizado por duas visões distintas da *raison d'être* das recentes produções em Historiografia Cognitiva, as quais são um reflexo dessas mesmíssimas fronteiras. Em um extremo, o primeiro ramo busca enfatizar, em profundidade, a correção e a complementaridade mútuas, embora seja primordialmente norteadado pelo pressuposto da contingência cultural. Tais historiadores encontram em leituras primariamente filosóficas advindas das ciências da mente um poderoso recurso, tanto para seu objeto de estudo quanto para os métodos da análise historiográfica. Por outro lado (e contrariamente), predica-se uma percepção da História como um componente essencial das ciências cognitivas propriamente ditas, alegando irrestritamente que as metodologias e tópicos de estudo científico-cognitivos não apenas podem, mas devem (impreterivelmente) ser historicizados. Uma disciplina firmada nos pressupostos de tal “contextualização histórica da cognição humana”, muito provavelmente, se desenvolveria de modo a unicamente qualificar, estruturar e ampliar – mas nunca substituir, remodelar, ou questionar – os alcances daqueles quadros teóricos circunstanciais (muitas vezes contrastantes) que já, tradicionalmente, povoam nosso conhecimento acadêmico

⁶⁴ SILVA, T., SANTOS, L. Ciências cognitivas, história e o estudo comparativo das religiões: pela definição de um conceito formal e historicamente tangível de “religião”. *Sacrilogens*, v. 14, n. 2, p. 25-44, 2017b, p. 40.

do passado, desde a fenomenologia histórica até os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia.

Em uma outra extremidade, na segunda ramificação vigente da Historiografia Cognitiva, a disciplina da História surge mais caracteristicamente como grande beneficiária das descobertas experimentais realizadas pelas ciências da mente, as quais, por sua vez, são compreendidas como um campo científico cujo progresso, sumariamente, independeria dos estudos históricos. Nesse contexto, “as propensões pan-humanas passam a ocupar um posicionamento central no interesse dos historiadores – na medida, é claro, que esses entendam a ciência corretamente”⁶⁵ – e a cooperação existente se resume, basicamente, à contribuição dos métodos e objetivos científicos para os tópicos de inquérito historiográfico. A Historiografia Cognitiva “torna-se, assim, a mais recente adição a um grupo de áreas interdisciplinares que conciliam tópicos das Ciências Humanas com metodologias [, objetos] e teorizações das ciências da mente”.⁶⁶ A valer, não se trata de limitar o papel da História a um banco de dados passivo, entretanto, o status de sua autonomia e jurisdição, com relação ao conhecimento empírico produzido pelas ciências cognitivas, é (de certa forma) reduzido pela negação da historicidade absoluta de seu material e obscurecido por uma noção um tanto progressista e dicotômica do caráter de sua correspondência e respectivas epistemologias. A título de exemplo, muitos de seus proponentes reivindicam que historiadores devem “dedicar-se mais seriamente ao discurso teórico como prática comum, e não como um gesto ocasional, caso queiram ter qualquer relevância crítica” e que o estudo científico da mente humana “pode fornecer, justamente, tal relevância”.⁶⁷

Pois, se [...] quiserem sobreviver no ambiente acadêmico moderno, [...] historiadores precisam conviver com os desenvolvimentos teóricos e metodológicos ocorrendo em outras disciplinas e, certamente, com as abordagens científicas para o estudo da natureza humana. O pós-modernismo teve sua vez, mas, em sua obsessão com a desconstrução, esqueceu-se de ser construtivo, deixando de fornecer qualquer contribuição incremental ao nosso conhecimento empírico acerca do mundo.⁶⁸

⁶⁵ MARTIN, 2014a, op. cit., p. 351.

⁶⁶ XYGALATAS, 2014, op. cit., p. 193.

⁶⁷ FITZHUGH, M., LECKIE, W. Agency, Postmodernism, and the Causes of Change. *History and Theory*, v. 40, n. 4, p. 59-81, 2001, p. 62.

⁶⁸ XYGALATAS, 2014, op. cit., 193-194. Digno de nota, o fomento de argumentações em prol do empirismo acadêmico baseadas em polêmicas “anti-pós-modernistas” é um padrão discursivo explícito na obra de muitos dos proponentes do ramo nativista da Psicologia Evolucionista (Cf. PINKER, S. *Tábula Rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004).

A valer, tal acentuada advertência possui, sim, certo referente. Em seu panorama das principais correntes historiográficas recentes, a historiadora medieval norte-americana Carolyne Bynum identificou uma “virada científica” na historiografia contemporânea, algo como uma tendência de certos autores a reconsiderar ou até mesmo recusar a “virada cultural” pós-estruturalista. Trata-se de “um novo entusiasmo pelo que poderíamos chamar de estruturas profundas, representado tanto pelo surgimento da denominada ‘grande história’ ou ‘história profunda’⁶⁹ quanto pelo renovado recurso às explicações sociobiológicas e cognitivas para o comportamento humano”, o qual parece se localizar em oposição ao “sentido pós-moderno da escrita da História, conforme uma prática fragmentária, frágil e, por assim dizer, perpetuamente em construção”.⁷⁰ Entretanto, a descrição do cenário historiográfico fornecida por Bynum se encerra com um guinada claramente cultural-construtivista:

[...] nas mãos da maioria dos historiadores profissionais, mesmo as ciências cognitivas e paralelos advindos do antigo campo da Etologia (comportamento animal) tendem a ser utilizados de forma análoga, em vez de redutora [...]. Estruturas cognitivas repousam nas profundezas de nossas mentes e, conseqüentemente, são acessadas apenas por meio de comportamentos que diferem culturalmente; analogias são exatamente isso: analogias, mas não equações [...]. Estruturas físicas ou fisiológicas serão sempre mediadas por meio de nossos modos de concebê-las e, portanto, pela cultura.⁷¹

Luther Martin acredita que tal reviravolta seja um indício de que muitos historiadores continuam a ignorar as capacidades, limitações e coibições cognitivas pan-humanas, privando-se, assim, dos benefícios das abordagens psicológico-evolucionistas para a escrita da História. O autor alega que, “desta forma, [...] reafirma-se, nostálgicamente, os Estudos Culturais como de costume, ao invés de se absorver os desenvolvimentos científicos recentes para o método historiográfico”.⁷² Obviamente, se o uso das ciências cognitivas por historiadores se limitar à “produção de analogias” todo o projeto cognitivo-historiográfico será profundamente debilitado, afinal, analogias são ferramentas heurísticas úteis, porém supérfluas. Adicionalmente, é inegável que uma parcela significativa dos estudos pós-estruturalmente orientados possui, sim, suas controversas.⁷³ No entanto, ao alegar que a guinada claramente cultural-construtivista na utilização atual do conhecimento científico-cognitivo pela História é meramente uma “manifestação

⁶⁹ Refere-se à escrita da História que leva em consideração o passado distante da espécie humana.

⁷⁰ BYNUM, 2009, op. cit., p. 77-78.

⁷¹ Idem, p. 78.

⁷² MARTIN, L. Evolution, Cognition, and History. In: MARTIN, L., SØRENSEN, J. (Orgs.). *Past Minds: Studies in Cognitive Historiography*. Londres e Nova York: Routledge, p. 1-10, 2016, p. 7

⁷³ Cf. FITZHUGH, LECKIE, 2001, op. cit.

nostálgica”, Martin acaba por reafirmar a inapropriada e contraditória dicotomia entre pares lógicos, tais como “natureza vs. cultura”, “determinismo científico vs. contingência histórica” e “internalismo vs. externalismo”. Superar tal empasse exigiria oferecer uma alternativa convincente para extrapolar os dois padrões extremados (reducionismo⁷⁴ de tendência nativista e analogismo de viés construtivista). Pois uma coisa é a crítica das práticas historiográfico-interpretativas tradicionais por reproduzirem um dualismo implícito ou explícito ao tratarem as mentes dos agentes históricos como insubordinadas ou insignificamente restringidas e compelidas pelo cérebro e biologia humanos. Porém, a promoção irrefletida de um suposto consenso científico a respeito da (teórica) natureza a-histórica de nosso aparelho mental como uma alternativa viável e necessária à História é algo bem diferente.

Por certo, essa espécie de advocacia pela “biologização do sociocultural” pode até mesmo obstaculizar o projeto maior de cognoscibilidade mútua entre História e ciências da mente, não por simplesmente divulgá-lo inapropriadamente, mas por oferecer uma resposta equivocada às suas demandas. Notoriamente, os defensores de um deslocamento dos estudos realizados nas Ciências Humanas e Sociais para a esfera científico-naturalista destacam como a, suposta, harmonia interna e sólida fundamentação empírica das Ciências Naturais modernas atuariam como um paliativo para as múltiplas aflições (tais quais a estagnação, a fragmentação e os paradoxos teórico-metodológicos advindos do “pós-modernismo”) que, atualmente, impregnam as humanidades. Para tais autores,

[...] se as Ciências Humanas e Sociais estão enfermas, a Biologia poderia ser a terapia; se as investigações sociológicas são frágeis e fragmentadas, o conhecimento biológico seria sólido e coeso; finalmente, se o cultural é uma entidade errática, efêmera e sem fundamentações rigorosas, faz-se necessário ancorá-lo nos alicerces mais rígidos da lógica evolucionista e dados neurobiológicos.⁷⁵

No entanto, tal retórica monista da ramificação nativista da Historiografia Cognitiva apoia-se sobre uma perspectiva biológica que diverge da orientação progressivamente plural (socioambiental) adotada por teóricos das ciências da mente e da vida desde, pelo menos, a década de 1980. Descobertas empíricas de fenômenos naturais

⁷⁴ Obviamente, sob determinada perspectiva, todas as interpretações e explanações são reducionistas. De fato, é aquilo que, em questão, necessita ser explicado (isto é, o *explanandum*) e interpretado que determina sob qual nível de análise deve-se trabalhar: por exemplo, a neuroquímica ao nível molecular, as redes neurais, a arquitetura cognitiva humana ou os sistemas socioculturais (SUN, R. [Org.]. *Grounding Social Sciences in Cognitive Sciences*. Cambridge: MIT Press, 2012, p. 239-264).

⁷⁵ MELONI, M. Biology without Biologism: Social Theory in a Postgenomic Age. *Sociology*, v. 48, n. 4, p. 731-746, 2014, p. 733.

outrora desconhecidos, inovações metodológicas e a elaboração de novos conceitos têm estimulado uma recente e substancial reformulação filosófica de nosso entendimento do domínio biossocial, rareando as divisas artificiais entre aquilo que concebemos como “natureza” e “cultura”. E tal processo talvez possa atenuar o persistente antagonismo entre evolucionistas e cientistas sociais, bem como mitigar o desprezo pela acepção biológica das crenças e condutas de nossa espécie, o qual impera sobre as Ciências Humanas. Segundo o previsto pela teórica e geneticista israelense Eva Jablonka e a naturalista inglesa Marion Lamb, “futuramente [...] biólogos precisarão ser, cada vez mais, cientistas sociais e cientistas sociais precisarão ser, cada vez mais, biólogos”.⁷⁶ Ambas as autoras são, talvez, as mais proeminentes integrantes de um grupo de estudiosos contemporâneos proponentes de uma extensão da síntese evolutiva (ESE). Nessa emblemática conjuntura de uma “virada socioambiental” na Biologia, pesquisadores (com clara inclinação filosófica) advindos de uma variedade de campos de especialização distintos têm advogando por uma redefinição da teorização evolucionista de forma a reconhecer elementos extragenéticos como agentes causais e co-constitutivos dos processos evolutivos, em pé de igualdade com os genes.⁷⁷

A ESE é um movimento que se define, de certo modo, em contraste com a síntese evolutiva moderna (SEM), isto é, a fusão na década de 1930 entre a teoria da seleção natural darwiniana e a hereditariedade mendeliana, inicialmente concebidas como divergentes.⁷⁸ Historicamente, o maior compromisso da SEM se concentrou na elucidação do fenômeno da evolução, em todos os seus níveis de complexidade, por meio da causação genética. E, de acordo com sua concepção inicial, a grande interrogação acerca daquilo que promoveria as transformações na frequência gênica deveria ser tratada como uma incógnita. Contudo, nas palavras do paleontólogo e historiador americano Stephen Gould (1941-2002) e do polímata Richard Lewontin, nos anos finais da década de 1940, a síntese evolutiva moderna acabou por se “enrijecer” em torno de uma perspectiva acentuadamente adaptacionista, na qual a seleção natural passou a ser entendida como a única causa das modificações evolutivas.⁷⁹ Nisso, a equiparação da noção de hereditariedade com a genética favoreceu a desconsideração casual de quaisquer

⁷⁶ JABLONKA, E., LAMB, M. Précis of Evolution in Four Dimensions. *The Behavioral and Brain Sciences*, v. 40, n. 4, p. 353-365, 2007, p. 364-365.

⁷⁷ Cf. JABLONKA, E., LAMB, M. *Evolução em Quatro Dimensões: DNA, comportamento e a história da vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010; PIGLIUCCI, M., et al. *Evolution, the Extended Synthesis*. Cambridge: The MIT Press, 2010.

⁷⁸ RUSE, M. Is Darwinism Past Its ‘Sell-by’ Date? The Origin of Species at 150. *Studies in History and Philosophy of Science Part C*, v. 42, n. 1, p. 5-11, 2011, p. 317.

⁷⁹ Cf. GOULD, S., LEWONTIN, R. The Spandrels of San Marco and the Panglossian Paradigm: A Critique of the Adaptationist Programme. *Proceedings of the Royal Society of London B*, v. 205, n. 1161, p. 581-598, 1979.

outras influências evolutivas, pois, visto que seriam a totalidade daquilo que os organismos herdam, os genes possuiriam uma função natural privilegiada como a reserva primária de toda a informação hereditária relevante, uma compreensão refletida em metáforas condizentes, tais quais “programas” ou “esquemas” naturais.⁸⁰ Logo, uma vez que traços culturais, em si, não são (diretamente) geneticamente armazenados, a SEM acabou por vedar à cultura a execução de qualquer função causal direta nos processos de evolução e, portanto, sua atuação sobre as estruturas mais profundas da cognição humana.

De certa forma, então, a exclamação “nem a genética nem o meio, mas ambos” não é, em si, uma novidade nas Ciências Naturais. De fato, em quase sua totalidade, a (infundável) querela histórica “natureza vs. cultura” vem sendo definida pela persistência de uma contraditória interpolação entre alegações de que ela já estaria resolvida e desentendimentos adicionais ao seu respeito – fato pouco surpreendente, dada a complexidade da temática, suas intensas implicações políticas, o peso de sua tenacidade histórica e de seus profundos obstáculos semânticos.⁸¹ E uma vez que a investigação dos antecedentes mais limítrofes, negligenciados e divergentes de pretensas novidades e desenvolvimentos científicos é a base de muitos estudos em História da Ciência, não é necessário irmos muito longe na historiografia recente para chegarmos à conclusão de que toda uma pluralidade de níveis e conceitos explanatórios coexistiu na Biologia anterior, contemporânea e posterior ao dito “enrijecimento” da SEM.⁸² Pois, nos termos do filósofo e historiador Richard Delisle: “a noção historiográfica do ‘trunfo’ de uma síntese enrijecida é inteiramente o subproduto de leituras progressistas e etiológicas da ciência, na qual as causas ou mecanismos são considerados como centrais”.⁸³ Ou seja, a negação implícita da contínua relevância e persistência da controvérsia em questão nos fornece consistentes motivos históricos para desconfiarmos da (inflamada) “retórica revolucionária” utilizada pelos historiadores cognitivos de viés nativista. Ademais, também possuímos razões pragmáticas substanciais para tal: pois a própria complexidade histórica dos debates internos às ciências da vida implica uma acentuada e convincente refutação do apelo a uma suposta unicidade da Biologia como fundamentação para a

⁸⁰ BEURTON, P., et al. *The Concept of the Gene in Development and Evolution: Historical and Epistemological Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 162.

⁸¹ Cf. KELLER, E. *The Mirage of a Space between Nature and Nurture*. Durham: Duke University Press, 2010.

⁸² Cf. CAIN, J. Rethinking the Synthesis Period in Evolutionary Studies. *Journal of the History of Biology*, v. 42, n. 4, p. 621-648, 2009.

⁸³ DELISLE, R. (Org.). *The Darwinian Tradition in Context: Research Programs in Evolutionary Biology*. Nova York: Springer, 2017, p. 160.

premissa de que, para obter qualquer progresso real, as Ciências Humanas e Sociais devem se subordinar a um quadro teórico (evolucionista) comum.⁸⁴

E é diante deste cenário que a ESE poderia ser evocada, a despeito de sua precocidade e da relevância extrafilosófica de seu programa de pesquisa ser contestada por muitos acadêmicos. Verdade seja dita (e principalmente), a maior parte dos críticos de uma extensão da síntese evolutiva não parece discordar, em si, de quaisquer de suas descobertas mais significativas, mas do valor heurístico daquilo que eles acreditam ser uma distinção exclusivamente semântica: ou seja, todas essas ditas novidades na teorização evolucionista seriam plenamente coerentes com os avanços empíricos proporcionados pela SEM, não justificando sua redefinição.⁸⁵ Convergentemente, a quase totalidade dos proponentes de uma ESE parece se contentar com o reconhecimento de que suas ideias não são, de fato, novas, embora tratar-se-iam de convicções (conceitualmente) mais consistentes com a teoria da seleção natural darwiniana original do que com a síntese evolutiva moderna. Entretanto, não podemos negar a importância desses empasses semânticos. Historicamente, muitas das controvérsias nas Ciências Naturais giraram em torno de um “triumvirato empírico-teórico-conceitual”, com algumas das polêmicas mais fundamentais possuindo “natureza [...] conceitual, decorrente não apenas de questões de definição [...] mas, igualmente, de todo o referencial utilizado pelos biólogos na compreensão daquilo que fazem”.⁸⁶

Consequentemente, dado que o histórico de desavenças relativas à questão “natureza vs. cultura” parece nos indicar que, muito provavelmente, não estamos lidando com um tipo de circunstância que possa ser dissolvida meramente por novos desenvolvimentos empírico-experimentais e conceituais internos à Biologia, o futuro previsto por Jablonka e Lamb (caso se concretize) dependerá de uma transformação bilateral, tanto político-sociológica quanto teórica ou prática (institucional), no relacionamento entre cientistas humanos, sociais e naturais. Isto posto, o prenúncio mais poderoso para a concretização de tal mudança parece apoiar-se menos em uma eventual descontinuidade radical entre achados empíricos e a necessidade de sua superação ou numa multiplicidade adicional de abordagens, mas na convergência simultânea de disciplinas em

⁸⁴ MESOUDI, A. *Cultural Evolution: How Darwinian Theory Can Explain Human Culture and Synthesize the Social Sciences*. Chicago: University of Chicago Press, 2011, p. 21-22.

⁸⁵ Cf. WHITFIELD, J. Biological Theory: Postmodern Evolution? *Nature*, v. 455, n. 7211, p. 281-284, 2008.

⁸⁶ PIGLIUCCI, M., FINKELMAN, L. The Extended (Evolutionary) Synthesis Debate: Where Science Meets Philosophy. *BioScience*, v. 64, n. 6, p. 511-516, 2014, p. 512.

direção a uma maior ênfase na natureza complexa e irredutivelmente biossocial dos fenômenos humanos – conforme seu estudo a partir de contribuições inéditas advindas de uma variedade de campos de pesquisa relativamente autônomos, dentre os quais a História parece-nos central.⁸⁷

O projeto cognitivo-historiográfico sob as lentes da Epigenética

Pelo menos desde o surgimento da SEM, o princípio básico de que os traços fenotípicos são resultado da interação entre os genes e conjunturas tanto intrínsecas quanto ambientais parece ter se mantido largamente inquestionado, porém, conforme alguns biólogos desenvolvimentistas costumam salientar, tal axioma foi, muitas vezes, insuficientemente enfatizado e ponderado. Com o tempo, o ofuscamento do papel da interação contribuiu para a consideração neoclássica do gene como um “movente imóvel” – isto é, o soberano responsável pelo desenvolvimento e pela evolução – um status do qual ele vem (ao menos teoricamente) sendo progressivamente destituído, em prol de uma perspectiva muito mais flexível e complexa de sua estrutura e função.⁸⁸ Introduzida pelo polímata britânico Conrad Waddington em 1956, a Epigenética⁸⁹, ao menos desde as últimas décadas, irrompeu internamente à ESE como “um dos campos mais promissores e difundidos a compor o atual panorama de pesquisa biológica”,⁹⁰ caracterizado por uma mesma proporção de expectativas conservadoras e promessas precipitadas.⁹¹ Entre os maiores responsáveis por sua proeminente popularidade encontra-se a noção de que o epigenoma (a dinâmica que orientaria a transcrição gênica ao longo da vida dos indivíduos) atua em resposta a uma multiplicidade de estímulos, tais quais a nutrição, exposições toxicológicas, a atuação de hormônios, a ativação neuronal e (de particular interesse à História) em decorrência das experiências e interações socioambientais. Adicionalmente, um recurso ainda menos convencional a despertar a curiosidade acadêmica está no fato de que determinados marcadores epigenéticos parecem possuir a capacidade de serem transmitidos hereditariamente. Nisso, ao prover uma via de co-

⁸⁷ Cf. MELONI, op. cit., 2014.

⁸⁸ Cf. PORTIN, P. The Concept of the Gene: Short History and Present Status. *The Quarterly Review of Biology*, v. 68, n. 2, p. 173-223, 1993.

⁸⁹ O estudo dos eventos moleculares que governam as formas como o ambiente regula as expressões genômicas.

⁹⁰ RODRÍGUEZ-PAREDES, M., ESTELLER, M. Cancer Epigenetics Reaches Mainstream Oncology. *Nature Medicine*, v. 17, n. 3, p. 330-339, 2011, p. 330.

⁹¹ Cf. PICKERSGRILL, M., et al. Mapping the New Molecular Landscape: Social Dimensions of Epigenetics. *New Genetics and Society*, v. 32, n. 4, p. 429-447, 2013.

municação entre hereditariedade biológica, vivência social e histórico individual, a Epigenética ofereceria um novo aspecto lamarckiano à biologia evolutiva, desafiando nossa compreensão padrão do conceito de “herança”. Conquanto, devemos ficar atentos ao fato de que a extensão da continuidade intergeracional de tais alterações epigenéticas ainda é uma questão disputada e isso indica que seria prudente tratar com cautela aquelas alegações construtivistas mais radicais acerca de uma suposta fluidez sociocultural da biologia humana.⁹²

Com isso em mente, faz-se necessário deixar bem claro, a ESE, não se baseia em premissas obscuras e evidências empíricas confusas, não devendo ser encarada simplesmente como um discurso cultural-construtivista dissimulado. Logo, o prestígio exacerbado da Epigenética, a irresistibilidade em trata-la por vias de uma “retórica revolucionária” (conforme o demonstrado até mesmo por cientistas renomados) e sua cooptação por narrativas relativistas inflamadas, acerca da inerente capacidade humana de transcender sua biologia, não são uma reação proposital, mas um (contrastante) espelhamento popular instintivo do “determinismo genético”, tão difundido nas últimas décadas do século passado.⁹³ Com efeito, ambos esses posicionamentos extremados são biologicamente incoerentes: nos seres humanos, os fatores genéticos não podem ser estudados independentemente do meio no qual se localizam, nem os estímulos ambientais operam independentemente do genoma dos indivíduos os quais eles influenciam. A Epigenética, enquanto uma disciplina recente, estudando um fenômeno gênico relevante para o desenvolvimento das espécies, não pode ser tratada como “o ‘elo perdido’, através do qual os estímulos do meio influenciariam nosso material hereditário”, precisamente porque tal princípio já era dado como óbvio por muitos estudiosos desde, pelo menos, a SEM.⁹⁴ Logo, a incapacidade acadêmica de, distintivamente, transpor a antiga “lacuna” entre contingência cultural e determinismo biológico não se deve à deficiência (e, portanto, não pode ser remediada pelo incremento) de nossas capacidades técnicas ou percepção empírica dos mecanismos subjacentes à interação genético-ambiental, mas, provavelmente, à persistência histórica de uma ênfase em projetos de pesquisa científica não-aditivos, incapazes de apreender focalmente a complexidade de nossa existência conforme um sistema interativo.⁹⁵

⁹² Cf. DAXINGER, L., WHITELAW, E. Transgenerational Epigenetic Inheritance: More Questions than Answers. *Genome Research*, v. 20, n. 12, p. 1623-1628, 2010.

⁹³ GERGEN, K. The Acculturated Brain. *Theory & Psychology*, v. 20, n. 6, p. 795-816, 2010, p. 808.

⁹⁴ MEANEY, M. J. Nature, Nurture, and the Disunity of Knowledge. *Annals of the New York Academy of Science*, v. 935, p. 50-61, 2001, p. 51.

⁹⁵ Cf. OVERTON, W. On the Assumptive Base of the Nature-Nurture Controversy: Additive versus Interactive Conceptions. *Human Development*, v. 16, p. 74-89, 1973.

O desenvolvimento de uma estrutura conceitual que faça mais do que apenas aludir superficialmente a noção de “interação” é o objetivo central da ESE. Neste cenário, até mesmo o próprio significado comum de tal termo se torna equivocado, na medida em que ele implica “a relação entre elementos causais distintos. De fato, a mera ideia de ‘interação’ pressupõe a existência de entidades que são, pelo menos idealmente, separáveis e é justamente isso que as peculiaridades” da extensão da síntese evolutiva tenderiam a impedir.⁹⁶ E tal observação deve ajudar a esclarecer a forma pela qual o apelo à Epigenética, à neuroplasticidade, à especificidade de nosso nicho cultural, cognitivo e evolutivo, dentre outras concepções recentemente sublinhadas pela ESE, como exemplos de uma “virada socioambiental” na Biologia, não se adequa a um discurso cultural-construtivista. Pois, a título de ilustração, enfatizar a contribuição causal das inter-relações e ambientes humanos para os processos evolutivos em nossa espécie não implica, de maneira alguma, a afirmação de que “os genes não são fundamentais” ou que uma alteração proativa e cumulativa do meio no qual habitamos poderia, de alguma forma, liberar-nos progressivamente de nossas restrições genéticas. Sumariamente, o pressuposto de que a cultura não transcende a natureza (e que a natureza não antecede a cultura), em última instância, não é menos valioso e desafiador para o ramo nativista da Historiografia Cognitiva do que para sua vertente construtivista.

Na realidade, trata-se de uma forma de acomodar, e potencialmente abordar interdisciplinarmente, aquilo que os geneticistas comportamentais denominam de “o panorama sombrio” da biologia evolutiva: a noção de que o intrincado e não-linear emaranhamento desenvolvimental entre fatores “genéticos” e “ambientais” é, na realidade, um poço sem fundo, pois seus efeitos individuais jamais poderiam ser isolados.⁹⁷ E o grande problema com o estudo de tais sistemas interativos é que qualquer análise unilateral de sua complexidade, mesmo que (pragmaticamente) experimentalmente fértil, está fadada não apenas à incompletude, mas ao mal-entendido teórico (tal como quando as propriedades determinantes e configuradoras do sistema como um todo são

⁹⁶ KELLER, 2010, op. cit., p. 6.

⁹⁷ Cf. PLOMIN, R., DANIELS, D. Why Are Children in the Same Family so Different from One Another? *Behavioral and Brain Sciences*, v. 10, n. 1, p. 1-16, 1987. O psicólogo americano Eric Turkheimer situa o motivo pelo qual o debate “natureza vs. cultura”, no entanto, nunca irá se exaurir em um problema metodológico que é característico não apenas da genética comportamental, mas também das ciências sociais contemporâneas: a confusão quanto à divergência entre a análise de variância e a análise das causas (TURKHEIMER, E. Three Laws of Behavior Genetics and What They Mean. *Current Directions in Psychological Science*, v. 9, n. 5, p. 160-164, 2000, p. 161). Trata-se de uma falácia lógica onipresente no ambiente acadêmico, envolvendo a má-compreensão estatística e a transição desatenta entre alegações correlacionais e causais, a qual é bem documentada pelos estudiosos e apontada por muitos como central para a persistência desse cenário de controversas (Cf. LEWONTIN, R. The Analysis of Variance and the Analysis of Causes. *American Journal of Human Genetics*, v. 26, p. 400-411, 1974; KELLER, 2010, op. cit.).

confundidas com as de apenas uma de suas partes). Logo, analogamente à maneira como muitos de seus críticos teóricos argumentam que a, empiricamente rica, perspectiva tradicional do processamento simbólico, de acordo com a concepção clássica das ciências cognitivas, posiciona erroneamente as características de um sistema cognitivo complexo, co-constituído pelo ambiente, internamente às mentes individuais, se partirmos do ponto de vista da ESE, a dedução da existência de uma universalidade cognitiva perene, caso aplicada irrefletidamente e sem uma consideração apropriada das nuances envolvidas, pode estar confundindo similaridades nos complexos históricos culturais de grupos e indivíduos por propriedades de módulos mentais estáveis, encapsulados e geneticamente fixados.

Convergentemente, extirpar as bases biológicas (evolutivamente desenvolvidas e geneticamente impelidas) de nossa cognição, concebendo-a como um conjunto de tecnologias intelectuais socialmente constituídas e transmitidas, configura uma maneira distinta, porém (em última instância) análoga, de se isolar o aparato cognitivo do *Homo Sapiens* – por meio de uma concepção externalista simplista dos ambientes humanos (isto é, seus nichos culturais) como totalmente independentes de nossas mentes. E isso indica um paralelo claro entre os *insights* fornecidos pela ESE e a concepção filosófica “incorporada, situada, estendida e enativa” da mente humana, a qual (anteriormente) apontamos como capaz de conciliar as demandas interdisciplinares de Nersessian com uma interpretação mais moderada do modelo de Historiografia Cognitiva da Ciência de Latour. Adicionalmente, tais constatações fornecem-nos elucidacões adicionais acerca de como a querela interna ao projeto cognitivo-histórico poderia ser localizada no presente cenário (mais amplo) de renovação das ciências da mente e da vida, visto que o ramo nativista da Psicologia Evolucionista, tão caro à Historiografia Cognitiva da Religião, se fundamenta justamente nos inúmeros achados empíricos historicamente associados à aplicação experimental da Teoria Computacional clássica da mente, a qual (conforme vimos) tem sua estrutura conceitual colocada em dúvidas pelas reflexões teóricas advindas da Epigenética.⁹⁸

Observações finais

⁹⁸ Cf. STOTZ, K. Extended Evolutionary Psychology: The Importance of Transgenerational Developmental Plasticity. *Frontiers in Psychology*, v. 5, p. 1-14, 2014.

De modo geral, o parecer e a prática historiográfica contemporâneos parecem estar enquadrados pelas implicações conflitantes das perspectivas construtivista e nativista para o entendimento da cognição humana. O apelo à noção de uma mente trans-histórica e uniforme, conforme o modelo que está no cerne da Historiografia Cognitiva da Religião, fornece incontestáveis ganhos interpretativos.⁹⁹ Seu quadro teórico-metodológico oferece aos historiadores um conjunto de poderosos fundamentos estabilizadores para a interpretação, elucidação, comparação e avaliação da variabilidade e transformação das condutas individuais, estruturas sociais e artefatos culturais passados. Assim, graças ao universalismo intrínseco aos pressupostos psicológico-evolucionistas, possibilita-se um maior potencial de especulação, ou seja, a reconstrução racional da provável condição das instituições ou práticas humanas pretéritas (mesmo na ausência de uma documentação acurada) e, partindo de uma análise canalizada da variabilidade da experiência humana, viabiliza-se potencialmente até mesmo a dedução de padrões gerais para a compreensão das vivências políticas e sociais através da história. Entretanto, uma historiografia como essa, de orientação profundamente nativista, se distanciaria da possibilidade de uma corroboração mútua (e efetiva) com as ciências cognitivas, reservando-se a um papel claramente periférico em tal engajamento e, principalmente, negaria as complexidades filosóficas inferidas por um conjunto significativo de pesquisas recentes advindas das ciências da vida. Nisso, em uma curiosa contradição, a “virada científica” da História estaria em dissonância com a “virada socioambiental” da teoria biológica.

Inversamente, o distanciamento psíquico exposto pelas consequências mais profundas de uma ampla historicização da mente humana, consoante às demandas externalistas de Latour para uma Historiografia Cognitiva da Ciência, poderia desestabilizar a inteligibilidade plena do passado histórico. Sob tal óptica, as mentes pretéritas são plenamente obscurecidas quando na ausência e indeterminação da documentação primária e, devido ao poder causal atribuído ao contingenciamento contextual, até mesmo aqueles delineamentos reconstruídos pela engenhosa e cautelosa investigação historiográfica podem se provar, na melhor das hipóteses, confusos (e na pior delas, incompreensíveis) para o entendimento moderno. Não obstante, a possibilidade de suas reivindicações mais moderadas, conforme o delineado por Nersessian, se respaldarem em modelos filosóficos “incorporados, situados, estendidos e enativos” para a cognição hu-

⁹⁹ Cf. BROWN, D. *Hierarchy, History, and Human Nature: The Social Origins of Historical Consciousness*. Tucson: University of Arizona Press, 1988.

mana, (como, por exemplo, o referencial teórico das “ecologias cognitivas compartilhadas”), alinharia tal Historiografia Cognitiva com o amplo cenário de orientação progressivamente plural (socioambiental) atualmente adotado por teóricos das Ciências Naturais, isto é, a ESE.

Obviamente, os custos epistêmicos de um comprometimento da História com o “panorama sombrio” da biologia evolutiva são elevados, mas seu entendimento idiosincrático dos processos evolutivos introduziria um importante elemento histórico ao desenvolvimento dos seres humanos, de tal forma que a fluidez das contingências socio-culturais passariam a compor parte central das mesmíssimas elucidações psicólogo-evolucionistas que outrora se encontravam fixadas no ramo nativista da Historiografia Cognitiva.¹⁰⁰ Por conseguinte, apesar dos grandes desafios apresentados por essa compreensão da existência humana conforme um complexo sistema interativo, tratar-se-ia de um “pesadelo metodológico” perfeito para a exploração cognitivo-historiográfica: um no qual História, ciências da mente e da vida poderiam, finalmente, se tornar reciprocamente cognoscíveis, em um “ciclo virtuoso” de corroboração mútua.

Digno de nota, embora o presente texto tenha procurado expressar com maior destaque uma série de reservas empíricas e teóricas quanto à ancoragem da Historiografia Cognitiva na noção de uma suposta perenidade inflexível da arquitetura mental humana, nenhuma dessas ressalvas pretendeu negar a possibilidade da existência de padrões cognitivo-comportamentais em nossa espécie, nem mesmo descreditar todo o variado campo contemporâneo de pesquisas visando a formalização, modelagem e alinhamento dos métodos historiográficos tradicionais com abordagens experimentais advindas das Ciências Naturais – muito pelo contrário.¹⁰¹ Não obstante, tais observações sugerem que, caso a Historiografia Cognitiva escolha priorizar o discurso da uniformidade mental de nossa espécie, tudo indica que ela necessitará partir da pré-existência de certa precisão conceitual acerca daquilo que, à luz da ESE, uma colaboração construtiva com a interpretação mais arrazoada de sua vertente construtivista poderia ajudar a delinear: conclusões a respeito daquilo que de fato constituiria (no complexo sistema interativo de evolução e desenvolvimento do *Homo Sapiens*) nossa arquitetura cognitivo-comportamental, assim como de que maneira, sob quais condições e em que extensão ela seria historicamente variável. Ao que tudo indica, o futuro de nosso entendimento

¹⁰⁰ Cf. GRIFFITHS, P. The Historical Turn in the Study of Adaptation. *The British Journal for the Philosophy of Science*, v. 47, n. 4, p. 511-532, 1996; MITCHELL, S. Integrative Pluralism. *Biology and Philosophy*, v. 17, n. 1, p. 55-70, 2002.

¹⁰¹ Cf. SILVA, 2019, op. cit.

da natureza irredutivelmente biossocial dos fenômenos humanos será pautado em como
“e se” tais demandas serão correspondidas.